



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1999/13	DATA: 18/11/2013
INÍCIO: 11h30min	TÉRMINO: 13h04min	DURAÇÃO: 01h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h34min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JAQUES WAGNER - Governador do Estado da Bahia.

MOEMA GRAMACHO - Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia.

ALMIRO SENA SOARES FILHO - Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

DOMINGOS LEONELLI - Secretário do Turismo do Estado da Bahia.

SUMÁRIO: Discussão sobre implementação de estratégias para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e ao turismo sexual.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião com o Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner. Presentes: a Secretária do Desenvolvimento Social, Moema Gramacho; o Secretário de Justiça e Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena; e o Secretário de Turismo, Domingos Leonelli.

É um prazer, a gente agradece, Governador, a oportunidade. Nós estamos aqui, membros da CPI: Deputado Roberto Britto, que faz parte da CPI; Deputada Liliam Sá, que é a Relatora; e eu, Erika Kokay, sou Presidenta da CPI que investiga o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós atestamos que o Estado da Bahia está em primeiro lugar no *ranking* de denúncias. Necessariamente as denúncias não significam que há maior incidência, mas as denúncias, inclusive, são estimuladas pelo movimento há muito tempo — o lema do movimento era *Quem Cala, Consente e Denunciar é Proteger* —, porque há uma desnaturalização e uma responsabilidade da sociedade no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mas nós temos algumas preocupações. A primeira delas é com o atendimento. Não adianta apenas que nós possamos ter a denúncia, mas como está o atendimento às vítimas da exploração sexual. Nós temos várias falas da Polícia Rodoviária Federal, que tem um trabalho, nas rodovias, de identificação de pontos vulneráveis, que apontam que mais de 3 mil crianças e adolescentes foram resgatadas nas rodovias brasileiras em situação de exploração sexual. Grande parte delas retorna, porque não tem o atendimento para ressignificar suas vidas e interromper a trajetória de exploração sexual. Então, uma de nossas preocupações é como está a rede de atendimento: os CREAS; os programas específicos, se porventura tiver; o plano de enfrentamento, porque o plano de enfrentamento é importante, pois trabalha com as ações de prevenção, que envolvem muito a educação, a educação integral, as creches, enfim. Ou seja, o plano de prevenção intersetorial construído com a sociedade é um instrumento dos mais poderosos para articular a ação do Estado. As políticas públicas, se não são articuladas, não são eficazes, pensamos nós.

E a outra preocupação diz respeito à responsabilização, porque a gente vê que ainda há naturalização, há lógica sexista, machista... A exploração sexual de



crianças e adolescentes envolve uma lógica, via de regra, sexista, que a maioria é do gênero feminino, ainda que sejam transexuais, mas do gênero feminino. Nós temos uma grande parte empurrada para exploração sexual, em função da pobreza, o que a diferencia do abuso. O abuso são relações mais interpessoais, mas a exploração sexual tem como variável a pobreza e o turismo sexual também. Nós temos uma discriminação étnica, via de regra; nós vamos ver isso muito no Norte, que tem uma incidência grande. Há mais de 200 rotas de exploração sexual no Brasil, a grande maioria delas é no Norte. Então, na região do Amazonas, na região do Pará, que são muitas meninas indígenas, ribeirinhas, as maiores vítimas. E a discriminação adultocêntrica, que são crianças que não têm o direito de serem crianças, não são consideradas sujeitos, sujeitos de direito, elas são coisificadas.

Portanto, preocupa-nos muito o nível de responsabilização. Nós sabemos que a responsabilização depende do Poder Judiciário. Estivemos recentemente no Acre. E, no Acre, nós vimos que 80% das ações que chegam têm sentenças condenatórias, o que é muito bom, mas vimos uma realidade completamente inversa no Amazonas, não é? É por isso que na audiência pública, hoje, a gente sempre gosta de escutar o Poder Judiciário, para que a gente ateste o nível de responsabilização. Mas não é só o Poder Judiciário, também o Ministério Público, como anda, e o Poder Executivo, porque os bons inquéritos provocam a possibilidade concreta de uma denúncia, como é que está... Portanto, é assim: nós sabemos que tem uma delegacia especializada na discussão de crianças e adolescentes, mas como funciona, que estrutura tem, se tem centro de referência de atendimento às vítimas, enfim, como é que funciona o atendimento às vítimas e, ao mesmo tempo, a responsabilização no que cabe ao Poder Executivo, que são as delegacias, o IML. Nós vamos ver em vários locais do País, IML que demora 60 dias, 50 dias, para fornecer um laudo, que não estabelece privacidade, que não estabelece prioridade. Quando nós entendemos que há uma prioridade absoluta constitucional — é a única constitucional de crianças e adolescentes —, nós entendemos que é de todos os segmentos do Estado, seja municipal ou estadual, o Executivo, nas suas esferas, e também do Legislativo e do Judiciário.

Por fim, a discussão acerca da Copa e dos grandes eventos. A gente teve a oportunidade de fazer um seminário, antes da Copa das Confederações, sobre



como os Estados, os locais que sediariam a Copa das Confederações, estavam se posicionando. E nos surpreendeu positivamente o relato do representante da Bahia, porque aqui tem grandes eventos. O carnaval, por exemplo, é um grande evento. Estivemos agora com o Prefeito, e ele dizia de incorporar, no observatório que a Prefeitura tem, a questão de crianças e adolescentes para o carnaval, o que nós achamos que é um bom compromisso. Mas como o Estado está se preparando do ponto de vista dos fluxos, do fluxo de atendimento, de condições propícias, de outras políticas, de outras ofertas de atividades, inclusive, nesse período das Copas.

Entendemos que a Bahia e o Rio de Janeiro, como têm grandes eventos, já têm certa *expertise* e fluxo de atendimento, o que nós achamos louvável. E nós atestamos isso no seminário que fizemos com os Estados que sediariam a Copa das Confederações.

Então, seriam essas as discussões. Nós discutimos Conselho Tutelar, que não diz respeito ao Estado, mas queríamos saber também como está o funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Veja, para a gente tentar sintetizar: o nível de atendimento no que cabe ao Executivo — obviamente, grande parte cabe ao Executivo; o que diz respeito à responsabilização, no que cabe ao Executivo obviamente; a construção do plano, se existe, se não existe; a dotação orçamentária, porque não adianta ter plano e não ter dotação orçamentária; e os preparativos para a Copa e os grandes eventos, que a gente tem percebido que representam uma situação de vulnerabilidade para crianças e adolescentes.

Vou passar a palavra à Deputada Liliam Sá e, em seguida, ao Deputado Roberto Britto.

Aproveito para convidá-lo, porque nós vamos fazer esta audiência pública, e é importante que a gente tenha representação do Governo. Nós vamos ter a representação da Prefeitura, mas que tenhamos também a representação do Governo para fazer essa discussão.

O SR. JAQUES WAGNER - Lá na Federal?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na Assembleia Legislativa, às 15 horas.



Quero anunciar que a gente grava toda a reunião, porque a gente acha que é importante fazer parte dos Anais da própria CPI.

Passo a palavra à Deputada Liliam Sá e, após, ao Deputado Roberto Britto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quero agradecer ao Governador. Muito obrigada pela acolhida de receber esta CPI.

Governador, com tudo o que a Deputada Erika relatou, nós sabemos das dificuldades em combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. São grupos, são quadrilhas que se formam no local; quando nós combatemos de um lado, elas migram para outro. É muito difícil.

E há a questão da Bahia. A Bahia é um ponto turístico maravilhoso, com Salvador. São vendidos pacotes para exploração sexual. Chegam aqui os turistas predadores de sexo com criança com aquela certeza de que terão sexo com criança. Então, por isso a importância desta nossa reunião.

Nós conversamos hoje com o Prefeito sobre a questão do turismo, acerca das políticas e ações que serão implementadas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Através do Disque 100, a Secretária Moema está com outros dados maiores, de 2011 a 2013. Em 2011, só pelo Disque 100, foram 4.381 denúncias de exploração sexual e de violência contra a criança; em 2012, 4.480; em 2013, ela aponta que houve 1.715 denúncias. Quer dizer, tem diminuído, porque se tem combatido. Quanto mais se combate, menos denúncia se tem. Ou se não há políticas públicas nesse sentido, então as pessoas estão deixando de denunciar. Eu acredito que seja porque a Bahia está fazendo esse trabalho de prevenção.

Então, os dados que eu tenho foram: de janeiro para cá, quase mil casos pelo Disque 100...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais de mil.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mais de mil casos, sendo que 250 foram só de exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, nós queremos saber o compromisso do Governo do Estado em relação à infância e à adolescência; que tipos de políticas estão sendo implementadas; se existe o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente; quanto há nesse fundo; como é aplicado esse fundo.



E saber das políticas básicas na questão do atendimento. Há meninas que saem da exploração sexual... O Prefeito estava falando que o importante não é tirar essa menina da rua e, sim, o depois. Então, ele está lançando projetos de profissionalização, para colocar no mercado de trabalho essas crianças vítimas de abuso sexual, que têm um histórico familiar de abuso, para ressocializar essas crianças.

Então, são essas as minhas considerações. Eu gostaria de ouvi-lo.

Muito obrigada!

Antes, um minuto. Uma coisa que eu esqueci: quando nós estivemos em Recife, fazendo entrevistas nos postos de gasolina com os caminhoneiros, eles apontaram, inclusive a Polícia Rodoviária Federal, de Recife, que existe uma estrada, uma rota, que vem para a Bahia, onde essas crianças, no interior, são abusadas sexualmente. E existe muita exploração sexual, principalmente em postos de gasolina, nas paradas desses caminhoneiros. Isso foi relatado, nós temos as notas taquigráficas e, depois, se vocês quiserem nós podemos pedir ao Secretário da CPI para mandar as notas taquigráficas para o senhor, dizendo que meninas entre 9 e 11 anos de idade — nessa faixa —, pelo interior da Bahia, nos postos de gasolina, sofrem esse tipo de exploração sexual.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Governador, Moema, Almiro, Leonelli, presentes aqui, bom, esta CPI tem o objetivo de esclarecer um dos graves problemas sociais, hoje, que não é privilégio da Bahia, mas praticamente em todo o mundo, hoje, por onde se anda, fala-se de exploração sexual de criança e adolescente. Então, não é um problema somente da Bahia, é de todos os locais, por onde nós temos andado por aí.

Mas, na mesma linha da nossa querida Deputada Liliam, eu tinha aqui duas perguntas exatamente sobre isso: eu queria saber quais as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes que estão sendo utilizadas, com o objetivo de, se não resolver o problema, pelo menos minorar o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes.

E a outra linha é também sobre as políticas públicas nas rodovias. Nós sabemos que nas rodovias brasileiras, em vários pontos, Governador, existe a exploração clara, às vistas; a olho nu, você vê caminhoneiros e pessoas praticando



esse tipo de crime. Então, eu queria saber nas estradas estaduais, o que a gente já está fazendo, o que nós podemos fazer. Nas federais, a Polícia Rodoviária Federal tem ajudado, colaborado. O Governo Federal tem uma política interessante nesse sentido de coibir a exploração. Mas eu queria saber, nas estradas estaduais, o que nos estamos a fazer. Somente isso. Obrigado!

O SR. JAQUES WAGNER - Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar as Deputadas, o Deputado, a equipe, aqui, da Câmara, a nossa Secretária e os Secretários. Eu queria dizer, primeiro, que, para mim, é um prazer estar recebendo aqui a Presidente e a Relatora da CPI, até porque eu considero que é uma marca muito forte do nosso Governo todo o foco na questão social. E, portanto, essa é uma das questões que têm capilaridade na questão social e na questão policial também. Mas é uma marca do nosso Governo ter ampliado muito toda essa rede de proteção, seja na área da assistência social propriamente, ou na própria área da educação.

Então, a gente tem uma travessia que eu queria registrar. Nós vamos fazer 7 anos de Governo; alfabetizamos 1 milhão e 100 mil baianos, acima de 15 anos de idade, que é uma marca reconhecida pelo Ministério da Educação, como o maior programa de alfabetização. A nossa alfabetização não é apenas assinar o nome; a nossa alfabetização é um curso de 8 meses, em que as pessoas só recebem o certificado se conseguirem escrever de próprio punho algum texto, alguma carta, algo que, efetivamente, demonstre que ela vai além de desenhar o nome para ter a capacidade de interpretar um texto. Então, essa é uma área importante.

Ao longo destes 7 anos, a Bahia, com os registros do próprio IBGE, é o Estado que mais reduziu a pobreza e a extrema pobreza. Até porque, antes de toda essa rede social, nós estávamos na outra ponta, como um Estado com grandes discrepâncias sociais. Eu brinco sempre, quando falo com a Ministra Tereza Campello, que a Bahia é um excepcional laboratório para qualquer investida de programa ou de projeto-piloto nessa área social, porque nós somos o quinto maior território, a quarta maior população. Estamos chegando perto do Rio de Janeiro, com 15 milhões de baianos, segundo o último levantamento, para os 16,3 milhões do Rio de Janeiro, num território que é do tamanho da Espanha. São 570 mil quilômetros quadrados. Portanto, é muito espalhado. E essas pessoas habitam, muitas vezes, em pequenos Municípios, de 8, 10 ou 15 mil habitantes. E, portanto, o



espalhamento geográfico é outro elemento de dificuldade e de eventual possibilidade de crimes desse tipo, os de abuso sexual de crianças e adolescentes, até porque nós temos a segunda malha rodoviária do País. A gente só perde para Minas Gerais. Temos da ordem de 25 mil, 26 mil quilômetros de estradas, entre federais e estaduais; as grandes estradas que atravessam, no sentido oeste-leste ou norte-sul, são todas elas estradas federais — a 101, a 116, a 324 — e a 242, que é no sentido longitudinal.

Efetivamente, acho que é um território que deve ser olhado por aqueles que praticam esse tipo de crime, como uma oportunidade para praticá-lo, exatamente pela extensão que se tem dentro do território, além da característica especificamente, não só de Salvador, mas de Salvador e de mais algumas cidades, que é a questão do turismo.

Eu diria que são dois tipos de crimes que acabam ofendendo à criança e ao adolescente, da mesma natureza, mas com motivos diferentes. Um é esse, que efetivamente é gritante: o dos caminhoneiros, dos bares, dos restaurantes e dos dormitórios à beira das estradas, onde a gente sabe que crianças, via de regra, em situação de vulnerabilidade pela área social e econômica, acabam sendo colocadas à disposição dessas pessoas. E, nas áreas de turismo propriamente dito, como a Capital, Porto Seguro, Ilhéus — os pontos turísticos da Bahia —, vem a outra natureza do crime, que são os pacotes de turismo sexual.

A gente, desde o começo do Governo, tem trabalhado muito, tanto na área de direitos humanos, quanto na área da assistência social, ampliando a nossa rede, seja a rede de atendimento, seja do ponto de vista policial, na busca de uma parceria. Felizmente, aqui nós temos uma parceria muito intensa com o Ministério Público, com a Defensoria e com o próprio Tribunal de Justiça. Nós temos um planejamento na área de segurança, o Pacto pela Vida, que reúne todos esses poderes. Portanto, eu diria que hoje há uma cumplicidade positiva muito grande entre o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, no combate ao crime como um todo, mas que, evidentemente, nessa área, existe essa parceria e esse trabalho em conjunto.

Eu acho até, porque são várias as campanhas que a gente tem feito aqui, seja na época da Copa das Confederações... Agora mesmo, nós assinamos o... O



que a gente assinou, semana passada? Foi o Não Desvie o Olhar, um programa nacional que está sendo estadualizado. Amanhã, inclusive, eu vou a Brasília, porque tem a assinatura, pela Presidenta, do Proteja. Então, nós temos essa parceria. São várias as campanhas, muitas delas tocadas pelo próprio Ministério Público, em parceria com outras campanhas nossas mesmas, que, em geral, têm o concurso de vários artistas famosos aqui, que se colocam à disposição, inclusive, para essa campanha.

Por isso, eu diria, como já foi dito pela Deputada, que o número de denúncias não quer dizer que seja o local de maior incidência. Apesar de que, sendo a quarta maior população, com uma extensão territorial e sendo o terceiro, o quarto em turismo no País, é óbvio que nós estamos com todos os ingredientes que — vamos dizer — trabalham no sentido da consubstanciação desses crimes. Mas eu creio que o problema do número de denúncias é porque há uma transparência muito grande, há um chamamento...

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Há um estímulo à denúncia.

O SR. JAQUES WAGNER - É, há um estímulo muito grande à denúncia. E, portanto... E, aqui, a gente tem o bom hábito de não escamotear nenhum tipo de dado. Eu falo isso porque, sem crítica a esse ou àquele Estado, nós aqui, por exemplo, na área de homicídio, todo corpo encontrado morto, a gente o coloca na nossa lista de homicídios. E a gente sabe que há metodologias diferentes, que, encontrado um corpo morto, sem a causa exata do assassinato, vai como uma morte sem causa.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Não identificada.

O SR. JAQUES WAGNER - Não identificada. E acaba que não entra nas estatísticas.

Mas eu creio que, se a gente quer combater efetivamente — e a gente é claro que quer, porque eu acho que esse é um dos crimes mais hediondos que a gente tem —, nós temos que trabalhar com transparência, até para estimular todo o corpo policial, o corpo do Poder Judiciário, do Ministério Público, a que efetivamente corra atrás.

Então, eu queria, primeiro, me colocar totalmente engajado naquilo que vier como orientação, em função de boas práticas em outros Estados. Nós temos vários



programas nesse sentido. Eu vou preferir, talvez, que cada Secretário, na sua área, possa colocar o detalhamento daquilo que a gente tem, mas eu acho que é fundamental que a gente tenha, no nível do próprio Ministério da Justiça, da área de segurança pública, a nível nacional, uma articulação no sentido de desbaratar as quadrilhas que estão feitas. Eu vi que, no final de semana, foi desbaratada uma grande estrutura, através de uma investigação feita a partir do Canadá. Eu não sei se envolve diretamente também eventos aqui no Brasil, mas me deram a entender que era uma das grandes quadrilhas de abuso de crianças e de adolescentes. Eu não tenho dúvida de que essas estruturas acabam sendo estruturas internacionais, particularmente na área do turismo sexual. Nós temos campanhas, inclusive lá fora, nesse sentido de orientação. Realmente, como a gente já faz aqui o carnaval, que eu diria até que, muito mais do que a Copa do Mundo, ou a Copa das Confederações, pela natureza do evento, ele seria mais convidativo para esse tipo de questão, para esse tipo de crime, do que a própria Copa; seja pelo volume de pessoas que chegam, seja, aqui, pela festa de carnaval, que é uma festa que tem um apelo sexual muito grande — a exibição do corpo; as músicas, que são músicas que, muitas vezes, chamam e até degradam nesse aspecto. Nós temos até um projeto de lei, aprovado aqui, na Assembleia Legislativa, que impede o poder público de contratação de músicos que trabalhem com esse tipo de...

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Nós já fazíamos, antes mesmo dessa lei.

O SR. JAQUES WAGNER - A gente já fazia. Então, a gente tem todo um trabalho nesse sentido.

Agora, eu acho importante, na medida em que essas redes são, muitas vezes, nacionais e internacionais — não sei quando vai haver a conclusão —, mas que, na conclusão, possa se ter recomendações que sejam de articulação, para um combate mais sistêmico a essa questão. Então, eu queria me colocar totalmente à disposição. Estamos conscientes disso, até porque estamos preparando a Copa do Mundo e o sorteio da Copa também, que será no dia 6 de dezembro, apesar de que aí é um evento muito mais restrito, mais fechado, não é de tanta presença assim. Mas quero pedir para passar para a Secretária Moema, depois para os Secretários Almiro e Leonelli, para que eles coloquem, em cada área, aquilo que já vem sendo feito. Eu sinto falta aqui — talvez faltou explorar — da presença do próprio



Secretário de Segurança. Mas eu, depois, poderia enviar para a própria CPI o relatório daquilo que a gente tem, o que a gente faz exatamente nessa área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Solicitar a alguém que vá para a audiência pública.

O SR. JAQUES WAGNER - Eu posso falar. Eu posso pedir a alguém... A audiência pública, a que horas será?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Às 15.

O SR. JAQUES WAGNER - Na Assembleia? Eu peço ao Secretário Maurício. Se não puder ir pessoalmente, que ele mande alguém que esteja vinculado diretamente a essa área, até para poder fazer o depoimento e colocar as ações que a gente já tem.

Moema.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Bom dia, Governador. Bom dia, Deputados, Deputadas e Deputado — estão em maioria aqui. Eu queria cumprimentar também nossos colegas Secretários e dizer, Governador, que o tempo é curto, mas é importante que a gente relate algumas das ações que estão sendo desenvolvidas. Como mesmo disse a Deputada Erika, é uma questão que tem uma amplitude muito grande. A violência sexual intrafamiliar é mais difícil de a gente combater e tratar, a não ser, efetivamente, com mais e mais campanhas. Mas a outra, essa a gente pode estar fazendo uma série de ações, e essas ações estão sendo desenvolvidas, não só ações que têm caráter nacional, e que a gente também adota na Bahia, mas há outras ações que são desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Justiça, a Secretaria da Mulher, a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Principalmente, a partir da implantação do SUAS, na Bahia, a gente fortaleceu muito a ação cotidiana, porque com os CRAS hoje... Nós temos 586 CRAS, em todos os Municípios, foi uma adesão de 100% do SUAS na Bahia. Então, os CRAS têm papel fundamental. A partir dos CRAS, nos Municípios, que a gente tem um acompanhamento mais cotidiano das ações que são protetivas e preventivas. Nós temos os CREAS. Hoje, nós temos 202 CREAS, em 190 Municípios. O CREAS, que é uma atenção mais especializada, mais voltada para essa proteção e também para a tentativa de, cada vez mais, acompanhar as famílias que são vítimas dessa violência e buscar inseri-las nesse contexto.



Hoje, nós temos atendimentos que são cofinanciados pelo Estado em 190 Municípios, que têm capacidade de atender, de acolher 8 mil crianças e jovens vítimas dessa violência. E esse é um aporte de recursos da ordem de 3 milhões de reais do Governo do Estado, a partir desse cofinanciamento. Isso também ajuda muito, porque, às vezes, pode até ser feita também uma transferência de uma criança de um Município para outro, para a gente poder passar o momento mais grave. Bom, então, esses acolhimentos são muito importantes. E a gente tem feito esse acolhimento.

Além disso, os CREAS têm feito um trabalho de acompanhamento junto com os Conselhos Tutelares. Há um fortalecimento dos Conselhos Tutelares aqui, na Bahia. Agora, nós estamos com o SIPIA, que é um sistema de informação, que, junto com os Conselhos Tutelares, facilita muito...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já está instalado.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Já está instalado, e nós estamos agora aprimorando mais o SIPIA. Mas ele tem ajudado muito no processo de informação, daí porque quero fazer esse parêntese, para dizer que esse número, que foi de 4.300 e 4.400, em média, a cada ano, 2011 e 2012, hoje ele tende a ser em torno de 3.400, em 2013, porque já têm registradas, até o primeiro semestre, 1.700 denúncias. Então, se for nessa proporção, esperamos que seja até menos; se for por conta do segundo semestre também, um período mais festivo, pode aumentar um pouco; mas espero que a gente não passe de 3.400 denúncias. Mas tem muito a ver com as campanhas. É claro que, como disse o Governador, a gente tem trabalhado, no Estado da Bahia, eliminando subnotificações e até incluindo dados que talvez não fossem caracterizados, mas, como suspeitos, e sendo investigados esses casos suspeitos. Daí porque o SIPIA tem ajudado muito nesse sistema de informação.

Em termos dos Conselhos Tutelares, nós estaremos agora, no dia 21, instalando a Escola de Conselhos, que é muito importante, é uma reivindicação histórica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quantos Conselhos, que você falou?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Nós temos 400 Conselhos já instalados.



O SR. JAQUES WAGNER - Tutelares.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Tutelares. Mas, o que é mais importante, é que nós estamos trabalhando para capacitar todos os conselheiros, através dessa Escola de Conselhos. Então, nós vamos estar trabalhando para que a Escola de Conselhos forme os Conselhos Tutelares e também os conselheiros do CECA. Nós demos posse, em junho, agora, ao novo Conselho, com uma lei com que a Bahia também inovou, que modificou completamente a estrutura de funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CECA. A gente ampliou a sua representatividade; inclusive, a presidência é da sociedade civil, o que também fortalece o CECA. Nós estamos fazendo com que essa Escola de Conselhos possa dar mais capacidade para os Conselheiros atuarem junto com toda a estrutura de Estado que está sendo colocada à disposição.

Do ponto de vista de uma preocupação que os senhores colocaram aí, que se trata do que se faz depois da denúncia e do problema instalado, nós temos feito parceria com o SESI também, através do ViraVida. Estava de uma forma mais tímida, mas inclusive, agora, no dia 4 de dezembro, nós vamos lançar uma parceria mais estreita com o SESI. Mesmo assim, na Bahia, nós já tivemos 400 jovens, meninas na sua maioria, mas também meninos, que foram absorvidos pelo ViraVida. Este é um programa do SESI que vai diretamente, através das informações dos Municípios com maior índice de vulnerabilidade, buscar possibilidades de meninas ou meninos que estariam sendo prostituídos ou que estariam sendo violentados. A gente trabalha preventivamente e trabalha também com o fato já acontecido.

O que o ViraVida faz? Ele dá uma bolsa de estudos de 500 reais. Isso é relativamente, digamos assim, atrativo para que esses jovens queiram vir participar do ViraVida. Nossa meta é ampliar agora esse ViraVida para a maioria dos Municípios em que temos já essa vulnerabilidade detectada. Dia 4, estaremos lançando esse novo projeto junto com a Secretaria da Justiça e com a Secretaria do Turismo. Tivemos já algumas reuniões aqui com o nosso Jair Meneguelli. Estive lá participando do lançamento da certificação nacional do ViraVida lá em Brasília.

Além disso, também o Governador colocou a questão de já termos um *expert* em grandes eventos. O carnaval é a maior festa popular do mundo. Aqui na Bahia, a



gente já trabalhou, em 2012 e 2013, com o Observatório. Nesse Observatório nós temos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse Observatório é do Município ou do Estado?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Do Estado.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - O Município tem um também.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Tem um também, mas esse é do Estado, com parceria inclusive. E o que nós temos feito...

O SR. JAQUES WAGNER - O nosso é bem tradicional.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como funciona esse Observatório?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Bom, além de contarmos com o Observatório para fazer a coleta de informações, para pesquisar, para ter todo um sistema de centralização das informações, nós também atuamos nos grandes eventos — foi assim nos dois carnavais e também na Copa das Confederações —, montando toda uma estrutura de prevenção, inicialmente, e depois de acolhimento. Nós atendemos desde a creche... Colocamos as creches da região próxima aos eventos. No caso da Copa das Confederações, perto da Fonte Nova. No caso do carnaval, perto do centro da cidade, da Barra e do Pelourinho, os três maiores circuitos do carnaval. O atendimento com as creches serve não só para evitar a exploração sexual, mas também o trabalho infantil, serve para acolher as vítimas do trabalho infantil e da exploração sexual.

Então, temos a creche e temos as escolas públicas municipais estaduais abertas durante o carnaval. Ficaram abertas também durante a Copa das Confederações para acolher essas crianças vítimas de violência e os pais também naquele momento de denúncia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A creche já existe?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - É uma creche que já existe na região, na redondeza. Nós escolhemos as creches próximas dos locais dos eventos, que ficam à disposição. São creches públicas e...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Elas ficam abertas?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Ficam abertas durante todo o evento.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As creches já existem. Elas ficam abertas para os seus usuários?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Para os usuários, inclusive para o atendimento à população vítima da violência. Professores e diretores são voluntários durante o evento. Na Copa das Confederações...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eles atendem a outro público, não a sua clientela?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - O voluntário só fica para receber o público que seja vítima de violência. Ficam abertas durante todo o período do evento, à disposição.

O SR. JAQUES WAGNER - Não é só vítima de violência. Na verdade, a gente também trabalha no acolhimento dos filhos daqueles que vão trabalhar nas festas, para evitar o trabalho infantil. Então, você tem catador de lata, tem a senhora ou família que vai vender refeição. Muitas vezes, se você não montar essa estrutura que a gente monta, você vai ver as crianças dormindo na barraca, etc.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Eles estariam na rua.

O SR. JAQUES WAGNER - Então, a gente montou essa estrutura exatamente para poder... Acaba funcionando, em alguns casos, como creche efetivamente, mas para quem está trabalhando no circuito do carnaval, até porque, na época do carnaval, evidentemente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funciona direto? *Full time*?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - *Full time* todo o carnaval.

O SR. JAQUES WAGNER - É, direto.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Durante todos os dias do carnaval. E fizemos na Copa das Confederações também, porque não sabíamos qual seria esse público que poderia estar também vulnerável. Aí montamos também todo o processo nos dois jogos que houve aqui na Bahia.

O SR. JAQUES WAGNER - Como é feriado, então, as pessoas, vamos dizer, o público usual da creche não estaria ali, porque a escola não está funcionando.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - É, não funciona nesse período.

O SR. JAQUES WAGNER - Então, a gente usa a estrutura e o pessoal exatamente para acolhimento, seja no caso de alguém que envolve uma denúncia...



A SRA. MOEMA GRAMACHO - Ou do trabalho infantil.

O SR. JAQUES WAGNER - ...seja das crianças, que, para evitar o trabalho infantil, pedem o local para ficarem.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Aí, nesse espaço, há todo um acompanhamento psicológico, há um acompanhamento pedagógico. Nós temos uma coisa que é muito importante: as professoras e diretoras se voluntariam. Então, há um trabalho voluntário, e toda a nossa Secretaria disponibiliza também o pessoal, a SEDES também coloca o pessoal à disposição. E temos a representação de todas as instâncias que cuidam dessa questão: o Ministério Público se faz presente, a Defensoria Pública, todos os órgãos que estão vinculados se fazem presentes também, acompanhando todo o processo.

Felizmente, na Copa das Confederações, nós só tivemos dois casos e, mesmo assim, nós tivemos todo o acompanhamento, toda a estrutura...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dois casos de quê?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - ...muito mais voltados para o trabalho infantil do que para abuso. Mesmo assim, nós montamos uma estrutura como se tivesse que atender a uma quantidade muito maior.

Bem, isso faz parte dessa campanha preventiva, e nós temos feito desde a campanha *Quem cala consente*, que acabou se transformando numa campanha nacional, até a campanha *Solte a voz neste carnaval*, que foi a campanha feita no ano passado. E este ano, para a Copa das Confederações, nós fizemos a campanha *Entre nesta torcida: todos juntos contra a exploração sexual*. Fizemos diversas propagandas em ônibus, *outdoors*, no aeroporto, nos *shopping centers*, e fomos também à Avenida Paralela e próximo aos espaços onde transitariam muitas pessoas para se dirigir à Arena Fonte Nova.

Então, essa campanha não se encerra após o evento. A gente continua depois fazendo todo o levantamento, verificando o que aconteceu, tentando combater e prevenir as causas. Então, é uma campanha que tem começo, meio e final. Até agora, a gente continua fazendo as reuniões que são chamadas Rodadas de Conversas, que nós fazemos para poder aprimorar e também cumprir o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que está sendo feito



conjuntamente com a Prefeitura de Salvador, que é a Capital, que congrega o maior número de pessoas.

Além da Copa das Confederações, nós já estamos preparando o carnaval e a Copa. A estrutura que a gente prepara para o carnaval é muito maior, obviamente, do que a estrutura que a gente vai preparar para a Copa, porque a gente já tem agora a experiência da Copa das Confederações. Mesmo assim, nós já estamos começando a preparar a próxima campanha, nós já estamos nos reunindo. É possível que até dezembro nós já tenhamos na rua a nova campanha, que é a campanha para o carnaval. Obviamente, vamos tentar fazê-la de maneira que dê para aproveitá-la também para a Copa.

Além dessas campanhas, que têm caráter também nacional, que a gente incorpora, nós fizemos a campanha das estradas, prioritariamente com as BRs, mas já temos agora a decisão de fazê-las também com as estradas estaduais. Nós iniciamos um trabalho todo de pesquisa com os caminhoneiros na BR 101 e na BR 324, envolvemos 11 Municípios também junto conosco — não adianta fazer só nas estradas, sem envolver as prefeituras. Envolvermos as prefeituras. Firmamos o Pacto Estadual de Enfrentamento com os Municípios citados nessas regiões de maior vulnerabilidade e nas estradas, e estamos agora fazendo pesquisa da existência nos 417 Municípios não só do trabalho infantil, como da exploração. Então, essa é uma pesquisa que já está sendo desenvolvida em todos os Municípios da Bahia, para a gente poder saber exatamente o número real da situação dessa exploração.

Dentro do Plano, que é um plano operativo, já temos constituído o Comitê de Enfrentamento. Além do Comitê Estadual de Enfrentamento, nós estamos buscando com os Municípios fazer os Comitês locais, em cada Município, prioritariamente, em Porto Seguro, em Ilhéus.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Plano Estadual é de quando?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Esse Plano Estadual a gente iniciou no ano passado; ele está na fase de finalização, mas nós já fizemos um pré-plano operativo para esses grandes eventos, através do Comitê Estadual, envolvendo os Comitês locais, que nós estamos incentivando que sejam constituídos por esses Municípios — são 11 Municípios que têm o maior atrativo.



O nosso Governador já falou da “Lei Antibaixaria”, porque, principalmente considerando esse estímulo da cultura e da música, nós temos trabalhado muito para o processo educativo, e essa é uma parceria junto com as diversas Secretarias, inclusive a Secretaria da Mulher, que tem dado um suporte importante nesse aspecto.

Pode ser que eu tenha esquecido de alguma coisa, mas, no mais, queria passar depois para a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e dizer que estejam convidados todos para esse lançamento do ViraVida, que deve acontecer no dia 4. Esse é um programa que a gente pretende que seja bem maior, porque há outro detalhe.

O SR. JAQUES WAGNER - Pelo SESI.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Pelo SESI. O detalhe é que, além de tudo isso, a gente ainda convive com a questão das drogas. Essa exploração sexual tem muito a ver também com a questão das drogas. É uma desigualdade muito grande a gente competir com todas essas políticas públicas, mas essas jovens serem entregues e entregarem os seus corpos por conta do recurso que existe na passagem das drogas. Então, o ViraVida efetivamente trabalha muito nesse aspecto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a questão da população em situação de rua? A criança e o adolescente em situação de rua têm muita vulnerabilidade.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Têm. Sobre isso o projeto já está sendo analisado pela PGE, para ser encaminhado ao Governador, que já deu o aceno positivo de encaminhá-lo à Assembleia Legislativa. É uma lei estadual para a população de rua. Hoje nós já temos um trabalho sendo feito, independente da lei, porque já existe um decreto. Através dele, hoje nós já temos espaço de acolhimento em Salvador e em dois Municípios do interior, onde se tem trabalhado muito com essa população de rua, com regime de internação e também regime aberto, onde há também todo um trabalho de acompanhamento. E agora queremos já fazer uma política de Estado através da lei. Hoje temos um decreto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - O ViraVida é de Salvador e Brasília?



A SRA. MOEMA GRAMACHO - O ViraVida é nacional, mas nós já estamos temos um trabalho aqui na Bahia. O SESI estava indo diretamente aos Municípios ou pegando as vítimas diretamente através de ONGs, creches, escolas que denunciavam os abusos. Agora nós estamos fazendo esse trabalho através do próprio Estado, que é esse processo que vai ser lançado agora, no dia 4, aqui na Bahia. Vamos envolver os Municípios e vamos ampliar esses números de jovens.

A SRA. PRESIDENTA - (Deputada Erika Kokay) - Em parceria com o SESI?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Em parceria com o SESI.

O SR. JAQUES WAGNER - Eu assinei aqui, na semana passada...

A SRA. MOEMA GRAMACHO - A campanha, não é?

O SR. JAQUES WAGNER - É, com o Jair Meneguelli, aquele programa de prevenção. E aí nós combinamos exatamente, como primeiro evento grande, anunciando a Copa, o sorteio das chaves, que vai ter aqui no dia 6 de dezembro. A própria Presidente deve vir.

A SRA. PRESIDENTA - (Deputada Erika Kokay) - Que chaves?

O SR. JAQUES WAGNER - As chaves da Copa do Mundo.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Para ver quem joga com quem.

O SR. JAQUES WAGNER - É. E aí, segundo eles, é um evento que é dos mais assistidos, além da abertura e da final. Então, em função disso, a gente combinou com o Jair que eles vêm para cá e lançam, no dia 4, essa campanha, que exatamente vai ser desenvolvida até a Copa do Mundo.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Só para passar para o Secretário Almiro, nós também, a exemplo do Bolsa Família — e acho que também o Bolsa Família tem contribuído muito para minimizar essa condição da vulnerabilidade, as famílias que têm muito a ver também com o social —, nós estamos fazendo a Busca Ativa. Temos a Busca Ativa do Bolsa Família, que é para inserir as famílias no Bolsa Família, mas temos também a Busca Ativa dessa questão da exploração sexual. Essa Busca Ativa já começou no carnaval de 2012, no carnaval de 2013, e agora nós vamos fazê-la fora dos grandes eventos. Vamos fazer a Busca Ativa também no cotidiano, utilizando o SIPIA, os Conselhos Tutelares e os CREAS.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de perguntar ao Secretário se vocês têm delegacia voltada para crianças vítimas de abuso sexual,



como funcionam as delegacias e também como está a questão dos laudos do IML, quanto tempo leva para sair um laudo sobre com uma criança vítima de abuso sexual, porque, em alguns Estados, leva muito tempo, e isso acaba fazendo com que o processo perca a eficácia. Então, eu gostaria de saber como vocês agem nessa questão da criança que é abusada, se existe uma secretaria ligada à criança e ao adolescente que fiscaliza esse tipo de incidências. Vocês sabem mais ou menos quantas crianças aqui no Estado são vítimas? Aonde vão? Elas fazem tratamento psicológico? Eu queria também essas informações de vocês, porque fica uma coisa muito assim: *“Ah, eu tenho aqui, o CREAS atende.”* Mas e aí? O que está acontecendo? Como elas são encaminhadas? Depois de tudo isso, vocês fazem o acompanhamento?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Perfeito, Deputada. O meu nome é Almiro Sena, Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia e Promotor de Justiça. Na verdade, sobre a minha formação, há 22 anos eu sou Promotor de Justiça, e há cerca de 3 — completo agora —, por convite do nosso Governador, estou como Secretário da Justiça.

Deputados, primeiro quero parabenizar V.Exas., até na condição de Promotor de Justiça. Eu acho que esse é o tipo de tema que precisa ser debatido no Brasil, que é a coisa muito grave e muito séria.

Na Bahia, primeiro dando um quadro mais amplo para a nossa Secretaria, nós temos especificamente, em relação à criança e ao adolescente, em parceria com o Governo Federal, o PPCAAM, que é o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. É um programa que, graças a Deus, tem sido muito exitoso. Só em 2013, neste momento, nós temos garantidos 45 crianças e adolescentes; desses 45, há duas decorrentes de situações de exploração, de abuso sexual. Elas estão ameaçadas de morte pelo causador do abuso. Além disso, esse programa, em parceria com o Governo Federal, este ano tem aporte federal de 1,4 milhão de reais, com uma pequena contrapartida em dinheiro, mas com toda a estrutura do Estado, articulação, toda a ação, equipe.

Além disso, sobre a questão dos grandes eventos, a Secretária Moema falou bem, e nós temos também uma participação. O Governo Federal lançou o Programa de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nos grandes eventos. Esse



programa foi lançado pelo Governo Federal agora, no início de 2013, e a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Governo Federal, a Secretária Ângela Goulart, esteve aqui na Bahia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Angélica Goulart.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Angélica Goulart, obrigado, Deputada. Em decorrência disso, foi criado o Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente nos grandes eventos. Esse Comitê está funcionando plenamente já com várias reuniões, tem a participação de algumas Secretarias, entre elas, a nossa, a SEDES. Lá estão articulando justamente uma ação, um plano mais amplo para ser aplicado agora visando justamente a Copa, em 2014. No carnaval, da mesma forma como a Secretária Moema falou, a Secretaria da Justiça tem essa participação não só em parceria, mas também autonomamente. Deputadas, Deputado e Governador, nós temos feito campanhas muito fortes, inclusive contando com a colaboração de artistas da Bahia, artistas de nome. A última campanha que fizemos eu posso dizer que praticamente todos, Secretário Leonelli, artistas, desde Olodum, Bloco Olodum, Araketu, Tatá, o Ilê, Chiclete gratuitamente aceitaram dela participar. A gente faz o contato prévio com a assessoria do artista e pede autorização a ele para no evento em que ele está, naquele momento, em frente às vezes a milhares de pessoas, ele o interrompa e faça uma mensagem contra o tráfico de pessoas, contra a violência contra a criança e o adolescente, que pegue uma camisa e a mostre ao público, enfim, faça algo ali.. Isso teve um impacto forte. Fizemos isso no Festival de Verão, gratuitamente. Nenhum artista cobrou cachê, até não tínhamos como pagar.

Sobre a pergunta que a senhora fez, o que é que nós notamos? Na verdade, nessas denúncias do Disque 100 está havendo uma dificuldade no encaminhamento. Elas não estão chegando, por exemplo, à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Não bate o número elevado de denúncias do Disque 100 com o encaminhamento. Nós temos, na Secretaria da Justiça, quatro Núcleos de Direitos Humanos, que trabalham com questões específicas, não só com criança e adolescente, Deputada Liliam Sá, e que têm um foco para a orientação até dos profissionais. Estão espalhados em Salvador, tanto na região central como em bairros do subúrbio.



Que problemas esses Núcleos relatam? Há uma dificuldade, às vezes, no encaminhamento local, já que os nossos profissionais do Núcleo detectam a violência sexual, mas em virtude de medo. Às vezes, envolve a questão de tráfico, e aí nós fazemos a relação com a Secretaria de Segurança. A parceria com a Secretaria de Segurança é muito exitosa, mas com o Ministério Público, em alguns momentos, não se avança. A gente encaminha o caso, a Secretaria de Segurança dá todo o apoio, o Ministério Público... Mas, às vezes, no decorrer da investigação, o responsável da criança ou do adolescente se retrai. Enfim, isso tem sido uma dificuldade.

Nós entendemos também, Governador e Secretários, a necessidade de nós intensificarmos a capacitação. A respeito dessa notícia que a Secretária Moema está dando a respeito dos Conselhos Tutelares, nós também verificamos importante relação não só...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por favor, há capacitação de educadores, de professores também?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Sim, de educadores, mas não só de educadores, Deputada, também dos agentes públicos, dos profissionais de diversos segmentos como, por exemplo, do IML, das áreas portas de entrada, e não só do Estado, mas do Município. E nós estamos fazendo isso na Secretaria. Começamos em 2012, porque nós temos dentro da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos um centro de formação em direitos humanos, que tem essa função de capacitar. E nós temos feito várias turmas, cada uma com uma média de 40, 50 pessoas. Capacitamos 70% da Guarda Municipal de Salvador, na área de abuso e de exploração sexual, mas isso precisa realmente ser amplificado.

A questão da capacitação da rede precisa ser feita muito com a sensibilização. Não é uma capacitação técnica — essa é até a mais fácil ou a menos complicada —, mas ainda existe aquela história: *“Ah, mas o que é isso? Essa garota aí...”* Aí me permita, só para concluir, a questão de outro dado que eu percebo muito claro — percebia como Promotor de Justiça, Deputados e Deputadas, e percebo como Secretário: a questão cultural. A gente tem que ver alguma forma de enfrentar isso.



Tivemos um caso emblemático aqui que foi dos músicos da New Hit, ocasião em que o Estado da Bahia foi exemplar na resposta imediata. A Secretaria de Segurança prendeu os infratores, ou melhor, requereu a preventiva, o Ministério Público acompanhou o processo, o Judiciário decretou a prisão, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Justiça fez o acompanhamento das crianças vítimas de estupro, das menores, com seus familiares, nós inserimos...

O SR. JAQUES WAGNER - São duas?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Exatamente, na verdade, três, e depois ficaram em duas, Governador, a outra relutou. Foram incorporadas na proteção. Foi um caso emblemático, Deputados e Deputadas, porque deu muita mídia e houve uma “divisão”, entre aspas, muita gente a favor dos acusados.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É esse do sertanejo, o cantor?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Não, esse é outro, esse é da banda New Hit, uma banda local, uma banda de pagode, em que todos os integrantes são jovens, e as músicas deles são de apelo sexual, inclusive muito forte. Até que chegou ao limite em que eles, depois de um *show*, estupraram pelo menos duas adolescentes. Eles disseram que não, que elas foram voluntariamente, que foi tudo uma grande festa, maravilhosa. E se constatou que foi estupro mesmo.

Respondendo sua pergunta sobre o IML, o IML tem dado a resposta necessária. Nesse caso mesmo, o laudo do IML, Deputada Liliam, foi fundamental para atestar a questão do estupro em tempo hábil e com a, digamos assim...

O SR. JAQUES WAGNER - Isso foi dentro da capital?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Não, foi no interior, foi na comarca de Ruy Barbosa, que, pela dimensão da Bahia, é outro problema. Ao julgamento, a uma audiência que houve mais recente, para os senhores terem uma ideia, que a Secretaria da Justiça e a SEDES foram, lá na cidade o clima estava muito tenso, muita gente contra, inclusive adolescente, com as mães ao lado, fazendo gestos obscenos para nós servidores e para a imprensa, em defesa dos acusados, dos estupradores.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Acham que não é que elas que quiseram ir...



O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Exatamente, Governador, porque há na Bahia há ainda essa ideia cultural de que essas garotas: *“Ah, não importa, ela tem 13 anos. Se ela foi, ela é descaradinha”* — desculpem-me a expressão grosseira para tratar. *“Sem-vergonhice, elas são sem-vergonha.”* Eu enfrentei muito isso como Promotor, e parte da sociedade local, Deputada, baiana, entende que é verdade, e que não podem prejudicar a vida de um homem, às vezes de um cidadão bem-sucedido, ou no caso de uma banda, por *“uma sem-vergonha dessa que vai lá se oferecer”*, entendeu?

Então eu coloco a questão, porque isso não pode ficar de fora desse diagnóstico. É uma questão cultural, e aí entra também a questão da liberdade de expressão. Há muitas bandas — eu, como Promotor de Justiça, entendo que há um limite — às quais se está dando um limite de liberdade de expressão que a Constituição não protege. Você pode fazer uma música, e aí a gente amplia para a mulher, dizendo que a mulher é isso, que faz aquilo, aquilo outro, e é liberdade de expressão. A nossa Constituição não garante esse tipo de liberdade, não chega a esse limite. Nos Estados Unidos, por exemplo, há proteção. A Constituição americana é diferente, o limite constitucional da liberdade de expressão nos Estados Unidos é diferente da do Brasil. E se quer dar um tratamento igualitário em culturas diferentes. Então, esse é um outro dado.

Enfim, o IML tem dado, sim, Deputada, as respostas devidas. Há uma parceria com a Segurança Pública.

Nós tivemos recentemente um problema de drogas também, em que atuou a Secretária de Segurança Pública. Para entrar nesse programa de crianças ameaçadas de morte, o Governo Federal exige uma série de requisitos. A pessoa tem que ser encaminhada pelo Ministério Público ou pelo Judiciário, tem de ser verificada antes de entrar no programa. E aí, Deputadas e Deputados, surge um problema, Governador: num caso de 2 horas da madrugada, numa situação real, como é que você vai ver esses requisitos todos?

Então, nós criamos aqui, com a anuência e o apoio do nosso Governador, um atendimento — o Governo da Bahia bota o recurso direto —, em que a Segurança nos procura, nos aciona de madrugada. Houve um caso real, um dos últimos, de questão de drogas, com várias adolescentes ameaçadas de morte pelo tráfico. De



madrugada, o nosso funcionário foi contatado. E aí a mãe foi com as crianças para a delegacia e disse: *“Olha, delegado, nós não vamos sair daqui. Nós vamos dormir na delegacia, porque, se nós voltarmos para lá ou ficarmos na rua, vamos morrer”*. Aí, fomos contatados e os colocamos num hotel, um hotel realmente decente. Ficaram lá, quase que 1 mês, sem ser incluídos no programa do Governo Federal, enquanto analisavam se seriam incluídos. Depois disso, foi feita a inclusão, até porque, para ser incluída no programa, tem a pessoa, obviamente, que aderir a ele, e muitas vezes a pessoa só adere a ele no momento em que sente medo. Também existem restrições, etc.

Então, respondo à questão sobre a estrutura de delegacia. Existe, sim, uma delegacia especializada de crimes contra a criança e o adolescente, que realmente tem uma demanda grande. Agora, um dos os principais entraves que os delegados e os agentes encontram é a questão cultural, volto a dizer, de negar o crime, de sonegar a informação na investigação, principalmente quando o adolescente tem uma determinada idade.

Minha filha menor tem 13 anos; só que eu sou alto, e ela é muito alta. Então, você olha para a minha filha de 13 anos e pode dar a ela tranquilamente 16, 17, 18 anos. Aí, quando eu saio de qualquer evento social, eu saio tenso, porque eu noto que às vezes pessoas se aproximam, pessoas de nível social elevado, e aí são apresentados. E aí também é uma questão de pai, o trauma. Eu já olho, mas é porque é complicadíssimo, e aquela garota é uma criança. É uma criança, mas infelizmente grande parte da sociedade não vê assim. Então, vem tudo isso. Olham o tamanho, o local. Se está na rua, está se oferecendo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E culpam a família.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Culpam a família e, às vezes — é uma outra verdade, viu, Deputada? —, a família é cúmplice. Nós estamos com casos em que a mãe se presta a um papel absurdo. Aí, você pode justificar de várias formas, a miséria material, o que for, mas é algo abjeto, de atenuar, de dar quase que um consentimento, ou até de investir naquela relação, se a pessoa que faz o crime é uma pessoa da sociedade, que paga. Outra coisa: paga-se para evitar a denúncia. A denúncia o Conselho Tutelar encaminha, mas a família sonega a informação, porque há depois, Governador, uma intermediação financeira, que até



na lei americana é possível, é legítima. Não sei se seria o caso de permitir isso no Brasil, sinceramente.

Eu estou falando aqui provocando a reflexão, porque é uma situação hipócrita que a gente vive. Você pagar não elide o crime, não reflete em nada, só que, na prática, reflete, porque a mãe deixa de testemunhar e de levar o caso à frente. E não vem nada para a criança, e é feito tudo às escusas. Nos Estados Unidos, não. Você elide o processo. O caso em que acusaram Michael Jackson, aquele processo todo criminal contra Michael Jackson foi elidido pelo acordo que se fez. Então, eu deixo isso como provocação para V.Exas. É coisa de se pensar até que ponto, entendam, que nunca se vai resgatar ou atenuar o dano, o horror que houve. Eu estou dizendo de se legitimar algo que, na prática, Deputado e Deputadas, já se faz e que impede realmente a investigação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas isso vai acarretar sabe o quê? Denúncias. Isso pode acarretar também... A gente não pode comparar o Brasil com os Estados Unidos, que as leis lá preveem pena de morte, prisão perpétua. O que acontece? Num caso desses se dá tipo uma indenização. Pode acontecer de as famílias se aproveitarem disso para ter algum ganho, entende? Para a gente, é complicado, é igual ao “bolsa estupro”, da mulher vítima de abuso sexual. Foi estuprada, vai ganhar uma bolsa para poder reparar o dano. Para a criança, acho que isso vai estimular o abuso. Então, esta proposta a gente rejeita, porque não tem como aplicá-la no Brasil.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Pois não. Mas, na prática, os senhores saibam que já tem funcionado assim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É como a maconha: a gente sabe que todo mundo fuma. Vai legalizar?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Deputada, olha, hoje eu sustento — eu sou Promotor de Justiça e atuei na repressão —, eu sustento que deve ser legalizada, me perdoe. Eu acho que como está não dá.

O SR. JAQUES WAGNER - Não vamos desviar o tema, senão... Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Sra. Presidente Erika Kokay, Sr. Governador, Relatora Deputada Liliam Sá, querido Roberto Britto, Deputado Federal, nosso amigo, Moema, Almiro, colegas, eu creio, Sr. Presidente, que a



nossa função tem sido muito complementar. Nós não temos responsabilidade nem ação jurídica efetiva, de forma que nós temos participado muito intensamente de todas as campanhas. Participamos especialmente das campanhas de esclarecimento, acompanhando as campanhas de esclarecimento e de uso das placas nos hotéis, porque, na Bahia, nós temos uma lei especial, uma lei estadual de turismo, se não me engano foi a Deputada Lídice da Mata até, quando Deputada Estadual, que obriga os hotéis a colocarem placas exigindo que menores só sejam registrados acompanhados. Disso nós temos participado muito, desde 2007, que nossas ações se desenvolvem nesse sentido. Participamos desde 2007 do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e participamos muito ativamente, fornecendo apoio financeiro e logístico às ações. A SETUR realizou a distribuição de *folders* para combater a violência sexual contra a criança e o adolescente com o programa Disque 100. Participou ativamente disso durante o carnaval, mas não só durante o carnaval, durante todos os eventos. E os nossos serviços de receptivo e o nosso *call center* estão especialmente qualificados para receber denúncias e para encaminhar essas denúncias. Nós temos um *call center* que funciona 24 horas há 5 anos, funciona 24 horas em português, inglês e espanhol. Esse *call center* é qualificado para receber denúncias, para encaminhar essas denúncias e para dar um primeiro atendimento a questões de abuso sexual contra crianças. Nós, ainda em 2013, nós fizemos um convênio contratado com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, o CEDECA, que na Bahia é presidido por Valdemar Oliveira, com o objetivo de capacitar 300 profissionais para essa área, 300 profissionais que atuam nessa área de defesa da criança e do adolescente. São gestores, funcionários do Trem Turístico em Itaparica, Vera Cruz, Mata de São João e Imbassaí e Praia do Forte. Eu gostaria de registrar que nós não temos nenhum registro, nenhum registro por parte da Polícia, nem por parte de nenhum outro órgão de pacotes turísticos vendidos para predadores sexuais. Essa notícia eu tenho do Ceará, onde a Polícia Federal devolveu um avião com 100 alemães, se eu não me engano, que vinham exclusivamente para esse fim. Deve haver isso na Bahia, mas não é perceptível nem é detectável. Não foi detectado isso, e eu, pelo menos de minha parte, não recebi...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eles não estão usando hotéis. Agora, eles estão usando casas, alugando casas, entendeu?

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Pois é. Casas fogem um pouco da...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, eles têm um outro tipo de turismo, porque, como ficou muito no foco — foi isso que eu falei —, eles migram para outras áreas e atuam de outras maneiras. Mas eu gostaria de perguntar ao senhor o que senhor tem preparado para a Copa do Mundo.

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Olha, para a Copa do Mundo, nós temos um sistema. Nós temos este sistema de *call center*, temos um receptivo especial para a Copa do Mundo, que é o Guias e Monitores, que já funciona há 5 anos, com 600 pessoas. Funciona nos hotéis, no aeroporto, no porto, na rodoviária, no receptivo e no circuito do carnaval, com postos de informação. Esse sistema receptivo é todo qualificado para esse fim também, todo ele recebe qualificação especial de, pelo menos, 8 horas de qualificação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas pessoas?

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Seiscentas pessoas são utilizadas. E são pessoas que dominam mais de uma língua e que estão qualificadas também para esta questão do combate ao abuso da criança e do adolescente. Nós temos ainda, preparamos... Dos 14 mil profissionais que qualificamos em 7 anos, 2 mil são adolescentes, da área rural, inclusive. Qualificamos para serviços turísticos, qualificamos na área de turismo. Foi uma qualificação especial que foi feita nessa área, com grande resultado, para o turismo rural...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esses adolescentes são usados depois? Vocês capacitam, e depois eles trabalham para o Governo, para algum projeto?

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Eles, depois, são indicados para os hotéis, para as agências de viagem. São adolescentes de 16 anos em diante.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entendi.

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Porque nós também atentamos para o combate ao trabalho infantil.

O SR. JAQUES WAGNER - Na verdade, esta é uma qualificação para o trabalho.



O SR. DOMINGOS LEONELLI - É, uma qualificação para o trabalho. Eu acredito que o combate efetivo... Eu acho difícil a gente associar isso... Aliás, a expressão turismo sexual é uma expressão que me é um pouco estranha. Eu até brinco, às vezes: onde é que está o crime? É no turismo ou no sexo? Se vamos proibir lua de mel, porque... Pelo que eu sei, pelas estatísticas que temos, mais de 80% da violência sexual, dos abusos sexuais, da exploração sexual é proveniente das famílias. Um percentual muito alto nos caminhões, o que não tem nada a ver com o turismo. De forma que eu acho que há uma imputação um pouco exagerada ao turismo de uma atividade que pode ser que exista, mas não é detectável. Na Bahia, nós não detectamos, não pudemos perceber isso como crime, como uma atividade permanente, massiva e digna de nota econômica, pelo menos pela Secretaria de Turismo e pela Secretaria de Segurança Pública, que nós não temos registros desse tipo na Bahia. Agora, eu quero fazer coro com o meu amigo Almiro e dizer que é muito difícil a situação da criança e do adolescente num país que desenvolve uma cultura de violência, de erotização precoce e de absoluto desregramento dos meios de comunicação. Os programas de rádio, especialmente, estimulam bandas como essa que praticam, que levam a milhares de jovens pobres, drogados, um tipo de cultura de violência e de erotismo, de erotismo fora de propósito, de erotismo precoce e de violência sexual mesmo. Há músicas que estimulam a violência sexual. E isso eu tenho impressão de que não está compatível com a liberdade de expressão que nós aprovamos na Constituição de 88. Isso diz respeito a um abuso, que é um abuso muito sério e que precisa ser enfrentado efetivamente. Do contrário, crianças que usam drogas, que usam drogas desde os 12 anos, desde os 11 anos, que praticam sexo desde os 12 anos, livremente, não pode ser confundido com nenhuma atividade econômica tradicional, turismo... Isso é uma deformação de ordem social e a que nós estamos assistindo crescentemente, principalmente no Nordeste.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - O senhor não acha, Secretário, que isso aumenta ainda mais a nossa responsabilidade?

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Claro! Aumenta a nossa responsabilidade com as crianças...



O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - E há necessidade de mais ações efetivas?

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Eu acho que isso aumenta e muito a nossa responsabilidade. Eu só penso que há um desvio de visão, porque é fácil incluir o turismo com um preconceito. Há certa veneração à cultura e um preconceito social contra o turismo. Eu acho que é falsa a visão de que o turismo é responsável pela maioria dos abusos sexuais a crianças e adolescentes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não é! O turismo não é responsável, o turismo é um atrativo, porque nós somos um país de belezas tropicais, nosso clima é bom, e nós sabemos que há incentivo à sensualidade. As mulheres brasileiras são muito sensuais...

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Mas isso não é crime!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E, infelizmente, como falou o Secretário, a filha dele tem 13 anos e aparenta ter 16. As nossas meninas são muito desenvolvidas. Não queremos penalizar o turismo — quem somos nós? O turismo traz receitas, e nós precisamos do turismo.

O SR. DOMINGOS LEONELLI - É uma cultura.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas precisamos do turismo saudável, precisamos que o turista chegue ao Brasil e saiba que praticar sexo com crianças e adolescentes, aqui, no Brasil, é crime. É crime, e ele vai ser penalizado.

Então, é isso que nós queremos, é o compromisso que nós queremos da sua Secretaria, do Governo do Estado, da Prefeitura. É nesse sentido, porque, senão, não acontece nada. E negar, tampar os nossos olhos infelizmente não vai ajudar em nada. É muito feio a gente chegar e assumir que em nosso Estado tem turismo sexual, tem exploração de criança e adolescente. Ninguém quer levar esse rótulo, mas no Brasil inteiro isso existe. Nós sabemos disso. No Amazonas, tem a tal da pesca esportiva, que é feita com os estrangeiros que vêm para poder pegar as meninas indígenas, as meninas ribeirinhas, porque são pobres, e compram virgindade a 20 reais.

Então, nós não queremos encobrir isso, nós queremos parcerias. E não estamos dizendo que o turismo é uma coisa perversa, nem estamos rotulando o turismo. Mas que existe, existe. Existe, sim! Eles pegam as fotos das meninas, como



foram muitas, e já oferecem esses pacotes. Nós chamamos à CPI empresas de turismo envolvidas com redes de exploração sexual. Então, nós não podemos mascarar o problema, nós temos que combatê-lo com políticas efetivas, com prevenção. É o único meio que nós vamos fazer com que o turista entre no Brasil e saiba que praticar sexo com crianças e adolescentes é crime, e ele vai ser penalizado. Ele acha que o Brasil é o país da liberdade total, é o país onde se pode fazer tudo. A gente vê as mulheres semidespidas no carnaval e acha que eles podem abusar, e não é por aí.

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Olha, eu quero dizer à senhora que em nenhum instante admiti a hipótese do que a senhora chama de turismo sexual. Em nenhuma hipótese, eu admiti isso, nem admito a hipótese de turistas visitarem o Brasil com essa intenção. Pelo contrário, nós temos um cartaz enorme do Governo da Bahia dizendo que abuso sexual de crianças é crime e que os turistas não podem fazer isso aqui na Bahia. Temos um cartaz enorme na entrada, no aeroporto, na rodoviária. Agora, o que eu acho que é um desvio de visão é atribuir somente ao turismo. E, na Bahia, eu devo registrar para a senhora, talvez pela nossa ação efetiva, isso tenha obtido um grau de relevância menor.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Eu queria saber o seguinte: o que dizem as leis, Dr. Almiro, sobre os estrangeiros que vêm ao Brasil com esse objetivo?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Pois não. É aplicada integralmente a legislação brasileira. Ele é processado, preso, julgado, processado, condenado nos termos da legislação brasileira.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Já foi feito algum caso de turista?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Aqui no Brasil? Já, sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixa eu lhe dizer...

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Desculpe-me, Deputada, existem vários casos de turistas. Aqui na Bahia, não me recordo quem era o Promotor, também atuei em um, no Porto da Barra, um cidadão italiano, salvo engano, e que foi... E fica cumprindo a pena dele regularmente. O que pode é o Governo solicitar autorização para que ele seja extraditado, cumprir pena lá, e o Governo brasileiro vai avaliar. Entendeu, Deputado? Mas ele está submetido integralmente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está submetido à legislação brasileira e é um crime que tem que ser punido. Nós não estamos aqui dizendo que o maior problema é o turismo ou que o menor problema é o turismo. Acho que essa discussão não foi introduzida aqui, não foi falado isso aqui. Nós temos a convicção de que o turismo sexual existe. No caso do Amazonas, isso é absolutamente nítido: o turismo de pesca. Nós vamos ver esse fenômeno em vários locais do Nordeste.

Eu tenho a impressão — eu não posso consubstanciar em dados — de que houve um arrefecimento. A CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Fortaleza aponta que os maiores agressores não são turistas estrangeiros, são turistas do próprio Brasil, é o turismo interno. Então, nós temos dados que estão apontando que houve uma preocupação do Ministro da Cultura, a Ministra Marta Suplicy teve muita preocupação no sentido de que não fossem vendidas nossas mulheres para o exterior — vendida a imagem —, com o turismo já associado a uma lógica sexista, patriarcal e machista.

Enfim, como é um local que recebe muitos turistas, e nós temos uma preocupação, que é do Governo Federal, que, inclusive, lançou a proteção integral a crianças e adolescentes com relação à Copa. A Copa não representa um grande impacto, penso eu, em locais que já têm o hábito de receber muitos turistas, como Rio de Janeiro, com a Bahia, enfim. Mas ela representa vários locais, como em Brasília, onde vai mudar a vida da cidade, e vai mudar outros locais de forma inusitada. Apenas para deixar isso claro.

O que eu queria saber, para a gente encaminhar para o encerramento, é o seguinte. Como o CREAS é a instituição que trabalha com violação de direitos, é a esfera especializada que trabalha com violação de direitos, eu queria saber se o CREAS atende à demanda, porque em vários locais no Brasil falava-se da implementação do SUAS em todos os Municípios, mas o que nós temos visto em vários locais é que há uma demanda reprimida.

Por exemplo, os casos que chegam às delegacias. Aqui há uma delegacia que deve funcionar só no período de expediente. Pelo que você falava, a delegacia não funciona 24 horas.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - Funciona. Funciona.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - A DERCCA, sim, funciona 24 horas.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funciona 24 horas? A da criança?

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - O que não funciona 24 horas é o programa de proteção do Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, o PPCAAM, sim. Então, aqui, a Delegacia de Crianças e Adolescentes vítimas funciona 24 horas, tem esquema de plantão. Isso é ótimo! O que nós precisamos saber é o seguinte: quais casos são notificados e são atendidos? Por exemplo, no Município de Manaus, que tem dados, porque no Estado do Amazonas não há dados, mas no Município de Manaus há dados, e lá há, se não me engano, 1.500 casos notificados de violência sexual, entre abuso e exploração, e você tem 400 atendimentos no CREAS.

Eu posso não ser muito exata nos números, mas é mais ou menos isso. Então, você tem um volume grande de crianças e adolescentes que são vítimas de violência, que têm a notificação, mas não se consegue fazer com que esse fluxo funcione para que ela tenha um atendimento no CREAS. Isso, para nós, era importante, porque é um dos elementos em que nós estamos nos detendo, que é a questão da atuação do Estado. Ou então crianças e adolescentes que são atendidos 2 anos depois, 1 ano depois, 8 meses depois, 6 meses depois. Eu também não sei se existe esse dado, mas se é possível ter.

O SIPIA, por exemplo, vai estabelecer o mapa de violação de direitos. A mesma coisa é o Conselho Tutelar. Eu estou falando da delegacia, mas também do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar recebe, hipoteticamente, mil casos de violação de direitos. Quantos desses têm atendimento no CREAS? Como está esse fluxo? Essa é uma coisa que nós gostaríamos de saber, para que possamos compor o relatório.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - O.k., bem rapidamente. Primeiro, eu queria reafirmar o compromisso do Governo da Bahia de, na questão do turismo, estar sempre intensificando a valorização das belezas naturais e sempre alertando para esta questão do combate à exploração sexual.

A outra questão é que precisamos usar mais as redes sociais. E é essa a meta nossa agora com a Escola de Conselhos e com a vinda do carnaval e da Copa: trabalhar muito através das redes sociais com campanhas.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Escola vai ser permanente?

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Permanente! Permanente!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é muito bom.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - É uma Escola de Conselhos e vai ser lançada agora no dia 21.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há duas coisas aqui, pelo que a gente conseguiu constatar até agora. A primeira é a delegacia 24 horas — não há lugar nenhum no Brasil que funcione 24 horas —, e a segunda...

A SRA. MOEMA GRAMACHO - A Escola de Conselhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...são três na verdade, e a outra é esse tipo de suporte a crianças e adolescentes nos grandes eventos.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Nos grandes eventos. Isso é novidade e, inclusive, tem sido trabalhado muito no âmbito nacional, e o resultado tem sido bastante positivo. Então, eu acho que intensificar esta campanha através das redes sociais, que é onde os jovens hoje estão se informando, se socializando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa Escola é só para o Conselho Tutelar e Conselho de Direitos, ou ela vai atender...

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Não, ela vai atender a todos os conselheiros, prioritariamente os conselheiros tutelares, porque a gente precisa capacitar esses conselheiros, mas ela também vai atender aos outros conselheiros.

Bem, do ponto de vista do que a senhora coloca, é importante ressaltar que nós já temos hoje CREAS em 190 Municípios. Não é pouca coisa, não! O Estado tem 417 Municípios, mas não há essa vulnerabilidade em todos os Municípios, e nós já temos hoje CREAS em 190 Municípios, e temos acolhimento também em 190 Municípios que não necessariamente são esses dos CREAS; são aqueles Municípios onde a gente já conseguiu constituir espaço para acolher essas crianças. Então, de qualquer jeito, é importante que essas ações sejam integradas. Onde não há CREAS, o CRAS tem cumprido esse papel e os conselhos tutelares, também. Então, isso é importante.

O que a senhora pergunta sobre o tempo entre a denúncia e depois a consequência do atendimento, isso a gente visa encurtar na medida em que a gente



capacite mais os conselheiros tutelares, para eles poderem saber efetivamente onde eles vão procurar, para poder ter atenção e o retorno disso. Mas nós temos buscado fazer essa coisa de forma integrada, envolvendo as Prefeituras, porque a vida acontece no Município, então não adianta ter estrutura e não envolver as Prefeituras locais.

O SR. JAQUES WAGNER - Eu não sei se a gente já está encaminhando para o encerramento, mas, reparem, só para responder a uma pergunta que foi feita aqui, eu mandei buscar uma informação. O DPT diz que para laudo dessa natureza o prazo máximo é de 30 dias.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O IML?

O SR. JAQUES WAGNER - A gente chama aqui Departamento de Polícia Técnica, o DPT. Segundo eles, em alguns casos, a depender da lesão, o DPT consegue finalizar o laudo em até 10 dias. É evidente que essa situação não é homogênea, porque não cabe aqui também a gente ficar colocando fora da realidade, porque nos grandes centros você tem uma estrutura muito mais próxima, apesar de que esse episódio em Rui Barbosa não foi nos grandes centros, e a resposta foi bastante rápida. Mas o que eles me colocam é que em vários casos eles conseguem acabar em 10 dias.

Vai haver um técnico do DPT hoje à tarde na sessão de vocês, assim como vai haver também alguém da Polícia Rodoviária Estadual. Na verdade, é uma capitã responsável pelo programa da Polícia Rodoviária Estadual, em relação à questão do abuso sexual. Ela vai estar presente, e deve haver alguém também da Secretaria de Segurança Pública.

De qualquer forma, eles fazem programas. No dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Luta contra o Abuso, eles fazem em todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual distribuição de panfletos, de material esclarecedor. Nós acabamos de terminar um curso com 40 policiais militares multiplicadores. Foi promovido pelo CEDECA, que é o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, e pelo UNICEF, um curso que foi dado para 40 multiplicadores, tem como orientação geral a solicitação de documentação de crianças quando abordadas em batidas policiais. Segundo eles, de 2013 até agora, teriam sido registrados dois casos pela Polícia Rodoviária Estadual.



Então, só para trazer algumas das questões que foram colocadas e dizer que reparem. Eu acho que a gente tem que combater esse crime em todas as formas em que ele se apresenta. Evidentemente, eu acho que a raiz do problema está numa questão mesmo de valores que eu acho que, do ponto de vista da sociedade moderna, há uma profunda subversão entre o material e o espiritual. Na verdade, eu falo isso porque eu sou pregador disso pelo interior do Estado inteiro. Eu insistentemente coloco isso — quem me acompanha sabe disso —, seja do ponto de vista do crime, da droga, do abuso, do roubo. A verdade é que a gente está com uma subversão de supremacia do ter sobre o ser. E eu acho que, filosoficamente, seja em que campo for, na política, ou no que for, enquanto a gente não conseguir reequilibrar isso aí, nós vamos ter problema como esse.

Em relação à questão das pessoas que podem vir aqui, com pacote ou sem pacote, mas que vêm aqui na busca de namoro, etc., evidentemente existe uma exibição brasileira no mundo inteiro — as pessoas conhecem —, as novelas que são passadas aqui são vendidas para o exterior, e as novelas são palco insistente de comercialização do corpo, questão que já foi discutida aqui até onde vai a chamada liberdade de expressão, até onde isto aqui está deformando pessoas. Essa é uma discussão muito mais ampla para a gente fazer. Eu, pessoalmente, acho que alguns programas, algumas novelas, algumas músicas são, na verdade, um manual de depravação, um manual de deformação. O próprio *Big Brother*, na verdade, nada mais é do que isso, exposto dentro da casa da gente, para quem quiser, 24 horas por dia, na rede.

Então, é uma pergunta que a gente vai fazer, se a gente está enxugando gelo aqui embaixo, se a gente, na verdade, não mudar essa questão dos valores, como foi colocado.

Eu acho que a questão sobre o turismo, na verdade, é só a modulação para não parecer que ele é o principal responsável. Mas, evidentemente, ele traz, porque está cheio de gente que vem para cá, até porque se oculta, em tese, no anonimato; porque no local onde você mora é mais difícil você executar coisas que, às vezes, vai fazer fora, seja intramar ou não; porque, quando você vai para um lugar que pouca gente o conhece, você se sente mais livre para fazer — vou chamar aí — crimes ou coisas erradas.



Então, eu acho que existe. Mas nossa postura como Governo é muito clara em relação a isso, inclusive com as campanhas até fora do País que a gente faz sobre a venda de pacotes, etc. Mas é o que foi dito aqui: a erotização e a precocidade com que essas coisas são feitas começam nas modelos. As modelos que estão aí, seja para que tipo for, 13, 14, 15 anos, já está a exibição...

A SRA. MOEMA GRAMACHO - O concurso para a *Globeleza* ontem, pela *TV Globo*...

O SR. JAQUES WAGNER - Era só isso.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - ...a mais sensual.

O SR. JAQUES WAGNER - Então, estou dizendo que a gente tem uma luta de costumes, mas era só para dar as respostas àquilo que tinha sido questionado. Eu acho que hoje à tarde, de qualquer forma, vai estar presente a Capitã da Polícia Rodoviária Estadual, alguém do Departamento de Polícia Técnica e, provavelmente, alguém da Secretaria de Segurança Pública, para descer mais nesse detalhe, vamos dizer, da atuação policial.

Eu não sei se vocês vão ter encontro com o Ministério Público também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não tem previsão. A gente convidou para a audiência pública.

O SR. JAQUES WAGNER - Porque a nossa interação com eles é muito grande. A gente tem uma contribuição muito grande.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO - O Estado da Bahia hoje tem sete promotorias, Deputadas e Deputado, só da criança e do adolescente: três na Capital e quatro no interior, nas maiores cidades. Inclusive, esses dados que a senhora solicitou eu solicitei ao Ministério Público, porque eles ainda não os têm contabilizados, mas estão contabilizando, a pedido da Secretaria, para expor na CPI. Não sei se eles vão ter para hoje, mas já estão providenciando a estrutura.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - A gente queria convidar o (*ininteligível*) também para vir no carnaval, para acompanhar esse nosso comitê.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Seria bom.

O SR. JAQUES WAGNER - A CPI conclui o relatório quando?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Maio.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Maio. Vamos discutir o convite, não é, Deputada Liliam? *(Pausa.)*

Bem, eu queria saber se o Deputado Roberto Britto quer falar mais alguma coisa.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Liliam Sá?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vou passar o carnaval aqui. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu precisava ver se essa lei de que vocês estão falando, a “Lei Antibaixaria”, é de iniciativa legislativa.

O SR. JAQUES WAGNER - É de uma Deputada.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - De iniciativa parlamentar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos pegar essa lei e levar...

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Eu era Prefeita na época e a aprovei primeiro no nosso Município.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A “Lei Antibaixaria”.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É aquela sobre as músicas?

O SR. JAQUES WAGNER - Foi uma polêmica danada.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - A “Lei Antibaixaria”, que não é censura, em hipótese alguma; é um estímulo para que, cada vez mais, esses grupos façam letras que, ao invés de depreciar a questão da mulher ou estimular a violência, façam um verso que valorize a questão da mulher e que combata a violência. E o Governador, de pronto, aceitou e sancionou a lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu acho que a gente pode divulgar...

A SRA. MOEMA GRAMACHO - “*Tapa na cara, tapinha não dói, filé da Popozuda*” e outras coisas.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Estou perguntando isso, porque a gente pode tentar construir uma legislação nacional, não é, Deputada Liliam?

O SR. JAQUES WAGNER - Sim, com certeza, na Assembleia (*ininteligível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer aos Secretários, à Secretária, ao Governador e dizer que aqui vocês têm algumas coisas que eu acho que é importante realçar, que são inusitadas e são bons exemplos.

Nós temos consciência de que tem de haver centralidade na discussão de direitos, da igualdade de direitos, senão nós não vamos conseguir desconstruir a violência que está em curso. São 50 mil pessoas, 30 mil jovens que são assassinados todos os anos — a maioria são negros. Estamos numa luta danada para acabar com os autos de resistência na Câmara, que é um projeto do Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo. Mas nós temos consciência disso, até porque a violência contra as mulheres foi um componente do processo de colonialismo de que o Brasil não fez uso até agora. É preciso considerar as negras, as indígenas.

Portanto, eu queria agradecer, mais uma vez, ao Governador, aos Secretários e à Secretária e, com isso, declarar encerrada a presente reunião.